



A iniciativa também contempla ações voltadas ao desenvolvimento

Municípios discutem projeto social em Roraima

A Associação dos Municípios de Roraima recebeu, no dia 21/05, a visita do Coronel (EB) Euclides Soljenitsin Araujo, atual Coordenador-Geral do Projeto Rondon e do Coronel R/1 (EB) Gustavo Megale Hecksher, atual Coordenador Regional de Operação, para tratar da realização do Projeto Rondon em Roraima. Prevista para o período de 5 a 24 de julho de 2027, a operação terá como Centro Regional o município de Boa Vista-RR. A iniciativa, conforme destacado na apresentação do projeto, representa uma importante parceria voltada ao desenvolvimento social dos municípios envolvidos, com impactos positivos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, assistência social e outras ações de relevância comunitária. Na prática, o projeto contribui para fortalecer o trabalho conjunto em prol da população, especialmente em regiões que mais necessitam de apoio técnico e social.

Tocantins abre concurso com 35 vagas

A prefeitura de Arraias, no sudeste do Tocantins, publicou nesta semana o edital de concurso público com 35 vagas imediatas para cargos de níveis fundamental, médio, técnico e superior. A seleção será organizada pelo Instituto de Capacitação, Assessoria e Pesquisa (ICAP). As oportunidades contemplam diferentes áreas da administração municipal e fazem parte do processo de reforço do quadro permanente de servidores do município. Para o nível superior, os salários iniciais são de R\$ 4.819,96.



São 35 vagas imediatas para cargos de níveis fundamental

Fortalecimento técnico no Amazonas

O presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM), Anderson Sousa, destacou na última semana o fortalecimento da estrutura técnica da entidade durante entrevista ao programa Onda Digital. Segundo ele, a ampliação das equipes especializadas tem permitido oferecer mais suporte aos gestores municipais nas áreas jurídica, contábil, de engenharia, educação e captação de recursos, reforçando o papel da associação no apoio às administrações dos 62 municípios do Amazonas.

Licenciamento Ambiental

A Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep) e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) alertaram que a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental exige adequações imediatas por parte das prefeituras. A orientação é revisar normas, fluxos de trabalho, sistemas eletrônicos e estruturas de fiscalização para garantir conformidade com a legislação e preservar a atuação municipal.

Curso

A Universidade Federal de Roraima está com inscrições abertas para o curso de música na língua Macuxi Eremukon Makuusi Maimu. A formação oferece 40 vagas para professores, estudantes, lideranças indígenas e demais interessados em fortalecer a valorização da língua por meio da música, da oralidade e do intercâmbio cultural.

Prêmio PNAE

O Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Rondônia (CECANE/UNIR) participou do Prêmio PNAE 2026 e recebeu uma homenagem pela celebração dos 20 anos da Rede CECANE. O evento, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi realizado no dia 23 de junho.

Sustentabilidade

Pesquisadores da Universidade Federal do Acre (Ufac) participaram de uma missão de trabalho em Minas Gerais pelo projeto Capes/Cofecub, voltado à cooperação científica entre Brasil e França. A atividade integra uma rede internacional de pesquisa dedicada ao desenvolvimento de sistemas integrados de produção com foco na sustentabilidade.

Editais

A Fundação Cultural de Palmas (FCP), em Tocantins, prorrogou até o dia 19 de julho o prazo de inscrições para os quatro editais do segundo ciclo da Política Nacional Aldir Blanc. A mudança foi publicada no Diário Oficial do Município da última quarta-feira (8), junto com retificações nos editais. Ao todo, serão contemplados 80 projetos.

Extensão

A Universidade Federal do Acre (Ufac) entregou o cartão Ações Curriculares de Extensão Universitária (Acex) para fortalecer a curricularização da extensão nos cursos de graduação. A iniciativa disponibiliza recursos para a execução das atividades e, nesta primeira edição, contempla seis centros acadêmicos. O programa recebeu R\$ 300 mil de emenda.

Fórum

A Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (FAMEP) participou do XII Fórum TCE-PA e Jurisdicionados, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA) nos dias 18 e 19 de junho, com o tema “O Controle Externo e a Efetividade das Políticas Públicas: Conectar, Orientar e Transformar”.



Economia baiana responde pela maior parcela do PIB regional

MP articula fluxo para vítimas de violência no Amazonas

Reunião busca padronizar atendimento a crianças e adolescentes

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) reuniu representantes da rede de proteção à criança e ao adolescente de Itamarati para definir um fluxo operacional de atendimento a vítimas de violência sexual. O encontro, realizado na sede da Promotoria de Justiça do município, teve como objetivo padronizar procedimentos, integrar os órgãos responsáveis e fortalecer a atuação conjunta no acolhimento de crianças e adolescentes.

A reunião foi conduzida pela promotora de Justiça Emiliana do Carmo Silva e contou com a participação de representantes do Centro de Referência de Assistência Social (Cras), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e do Conselho Tutelar. Durante o encontro, foram discutidas medidas para organizar o atendimento de forma integrada, estabelecendo as atribuições de cada instituição envolvida na proteção das vítimas.

A proposta é garantir que os serviços atuem de forma coordenada desde o primeiro atendimento, reduzindo falhas no encaminhamento dos casos e assegurando acolhimento adequado às vítimas. O fluxo também busca evitar

a repetição desnecessária de relatos, prática que pode causar novos danos emocionais às crianças e adolescentes atendidos.

As ações seguem as diretrizes da Lei nº 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida. A legislação instituiu o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e estabelece mecanismos para prevenir a revitimização durante o atendimento. A norma determina a integração entre os serviços de saúde, assistência social, segurança pública e Justiça, promovendo uma resposta articulada entre os órgãos responsáveis.

A legislação diferencia dois procedimentos. A escuta especializada é realizada por profissionais da rede de proteção com finalidade de acolhimento e encaminhamento dos casos aos serviços competentes. Já o depoimento especial ocorre no âmbito judicial e tem como objetivo produzir provas, em ambiente apropriado e com metodologia específica para preservar os direitos das vítimas.

Segundo o Ministério Público, a construção de um protocolo comum fortalece o trabalho das instituições locais.